

Luciano Vianna Araújo

**A Liquidação do
Título Executivo Judicial**

Editora Direito Contemporâneo

Sócios fundadores Rafael Arruda Alvim Pinto, Felipe Toledo Moreira, Teresa Arruda Alvim
Diretor Comercial Rafael Arruda Alvim Pinto
Diretor de conteúdo Felipe Toledo Moreira
Editora Cristiane Faria
Capa e Produção gráfica Microart Design Editorial
Revisão Juliana De Cicco Bianco

© desta edição [2021]

TOCOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais). O autor goza da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhe a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seu trabalho.

Data de fechamento de edição: 10-00-2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira de Livro, SP, Brasil)

Araújo, Luciano Vianna

A liquidação do título executivo judicial / Luciano Vianna Araújo. – 1. ed. – Curitiba : Editora Direito Contemporâneo, 2020.

ISBN 978-65-991301-1-3

1. Liquidação (Direito) 2. Processo civil 3. Processo civil - Brasil I. Título.

20-40272

CDU-347.453.9(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Processo civil 347.9(81)
 Maria Alice Ferreira – Bibliotecária – CRB-8/7964

1192482

EDC
 EDITORA DIREITO
 CONTEMPORÂNEO

Editora Direito Contemporâneo

Av. Rep. Argentina, 1228, sala 812 – Água Verde
 Curitiba – PR – CEP 80240-200

Sumário

Apresentação	9
Prefácio	11
Introdução	19
Capítulo I – Evolução Legislativa e Doutrinária da Liquidação do Título Executivo Judicial	23
I.1 O Código de Processo Civil de 1939	26
I.2 O Código de Processo Civil de 1973	35
I.3 O Código de Processo Civil de 1973 Reformado	46
I.4 O Código de Processo Civil de 2015	58
I.5 Conclusão Parcial.....	59
Capítulo II – A Liquidação do Título Executivo Judicial nos Ordenamentos Estrangeiros	63
II.1 Direito Português	63
II.2 Direito Italiano	66
II.3 Direito Alemão	70
II.4 Direito Espanhol.....	72
Capítulo III – O Pedido Genérico e a Liquidação do Título Executivo Judicial	77
Capítulo IV – A Natureza Jurídica da Liquidação do Título Executivo Judicial, a partir do Modelo Sincrético do Processo	85

IV.1	As Teses Doutrinárias.....	85
IV.2	O Sincretismo Processual e Uma Única Fase Cognitiva..	93
IV.3	A Flexibilização Procedimental e a Liquidação da Sentença Provisória ou Definitiva, Convencional ou Judicial	103
IV.4	Conclusão Parcial.....	109
Capítulo V – O Objeto da Liquidação do Título Executivo Judicial.....		113
Capítulo VI – O Conteúdo da Decisão que Liquida o Título Executivo Judicial.....		121
Capítulo VII – A Legitimidade para Requerer a Liquidação.....		127
VII.1	A Legitimidade de Terceiro (Interessado e não Interessado) para Liquidar a Sentença.....	129
VII.2	A Morte do Credor ou do Devedor e a Liquidação de Sentença.....	131
VII.3	A Liquidação Contra um dos Devedores Solidários Apenas	132
Capítulo VIII – As Formas de Liquidação do Título Executivo Judicial.....		135
VIII.1	Liquidação por Cálculo Aritmético	142
VIII.1.1	O Demonstrativo Discriminado e Atualizado da Dívida Exequenda, a Parcela (In)Controversa do Débito e o Efeito Suspensivo a Impugnação....	147
VIII.1.2	Controvérsia Quanto ao Valor do Crédito Constante do Demonstrativo Discriminado e Atualizado Apresentado Pelo Credor. Uma Norma Infeliz	149
VIII.1.3	Liquidação Por Cálculo e Título Executivo Extrajudicial	151
VIII.2	Liquidação por Arbitramento.....	153
VIII.2.1	Cabimento da Liquidação por Arbitramento...	153
VIII.2.2	O Procedimento da Liquidação por Arbitramento.....	154
VIII.3	Liquidação pelo Procedimento Comum.....	160
VIII.4	Conclusão Parcial.....	163
Capítulo IX – Liquidação de Título Executivo Judicial Provisório (art. 491, § 1º, CPC/2015).....		167

IX.1	Cabimento da Liquidação de Título Executivo Judicial Provisório	170
IX.2	Recurso com ou sem Efeito Suspensivo	170
IX.3	Especificamente a Sentença Penal Condenatória Transitada em Julgado	173
IX.4	A Liquidação de Título Executivo Judicial Provisório e o Liquidante	177
IX.5	Conclusão Parcial.....	179
Capítulo X – A Fidelidade da Liquidação ao Título (art. 509, § 4º, CPC/2015)		181
X.1	Ofensa a Coisa Julgada ou a Preclusão	183
X.2	Interpretação da Sentença Ilíquida em sede de Liquidação de Título Executivo Judicial.....	184
X.3	A Questão das Prestações Vincendas.....	188
X.4	Liquidação com Dano Zero	190
X.4.1	Ofensa à Coisa Julgada?	191
X.4.1.1	Sentença Condicional	192
X.4.2	Como Decidir a Liquidação com Dano Zero?	200
X.5	A Impossibilidade de Liquidar (<i>Non Liqueat</i>)	204
X.6	Conclusão Parcial.....	207
Capítulo XI – A Cognição na Liquidação do Título Executivo Judicial		211
XI.1	No Plano Horizontal e no Plano Vertical.....	211
XI.2	Defesas Possíveis na Liquidação do Título Executivo Judicial	214
XI.3	Revelia na Liquidação do Título Executivo Judicial?	218
XI.4	Os Deveres-Poderes do Juiz na Liquidação do Título Executivo Judicial.....	219
Capítulo XII – A Espécie de Pronunciamento Judicial que Líquida o Título Executivo Judicial		221
XII.1	Código de Processo Civil de 2015	222
XII.2	Conclusão Parcial.....	228
Capítulo XIII – Liquidação Incidente		229
XIII.1	Natureza da Decisão que julga a Liquidação Incidente...	231

Capítulo XIV – Recurso Contra as Decisões Proferidas na Liquidação do Título Executivo Judicial	233
XIV.1 A Discussão Doutrinária	235
XIV.2 Aplica-se o Princípio da Fungibilidade Recursal?	237
XIV.3 Direito Intertemporal	239
XIV.3.1 Publicação X Intimação da Decisão	240
Capítulo XV – Liquidação e Coisa Julgada	243
Capítulo XVI – Liquidação e Ação Rescisória	247
Capítulo XVII – A “Ação de Liquidação de Título Executivo Extrajudicial”	249
XVII.1 Introdução	249
XVII.2 A Doutrina de Pontes de Miranda	252
XVII.3 A Questão	254
XVII.4 Título Executivo	255
XVII.5 Elementos da Obrigação	257
XVII.6 Liquidação	258
XVII.7 A Cognição e os Procedimentos Jurisdicionais Diferenciados	259
XVII.8 A “Ação de Liquidação de Título Executivo Extrajudicial”	261
XVII.9 Conclusão Parcial	264
Conclusão Final	267
Referências Bibliográficas	277
Índice Alfabético-remissivo	289